

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE042747

ZIGGIATTI, Léa. Os guetos do taquaral. Correio Popular, Campinas, 22 abr.
2003.

Os guetos do Taquaral



LÉA ZIGGIATTI

O retrocesso ao feudalismo me parece irreversível. Porque a cidade se apavora e se cerca de muralhas e de obstáculos. Evandro chegou e disse, há muito tempo: “Parece impossível, mas a cidade está toda segmentada. Existem barreiras e ninguém mais pode se locomover. Só temos uma linha reta, as perpendiculares e paralelas estão proibidas.” Evandro é meu filho e como todo aquariano preserva todas as liberdades, porque preza demais a sua. “Gostaria de protestar!” E me entrega uma folha de papel para a coluna do leitor. Um protesto que faço meu e que transcrevo aqui.

“Antes eram apenas os edifícios de apartamentos. E eu, apenas um menino, admirando os prédios altos que existiam no Centro de Campinas e que me fascinavam: a vista do alto era linda e, além disso, se subia de elevador, que era, na verdade um verdadeiro “teletransporte” da *Jornada nas Estrelas*. Para o menino, era o Presente de um Futuro que adivinhava. O menino cresceu, continuou admirando a vista lá do alto, mas percebeu que, aqui embaixo, as coisas estavam ficando feias e tristes. Grades, muros, quase muralhas, portões eletrônicos que conduziam a garagens subterrâneas. Entrar num edifício para visitar um amigo, ou uma tia velhinha, era um verdadeiro suplício. Tínhamos de nos identificar, vislumbrando um segurança por uma janelinha e dizer o nosso nome por um interfone inaudível, e esperar pela sentença final, vinda lá do alto. Enquanto ela não vinha, tínhamos de ficar do lado de fora da muralha, à mercê dos mesmos bandidos dos quais o nosso amigo ou nossa tia velhinha buscavam se proteger. Nunca me aconteceu ser convidado a entrar para esperar numa daquelas salinhas de espera, lindas e inúteis, que os condomínios insistem em mobiliar e decorar.

As pessoas tinham medo. E fica-

ram cada vez com mais medo. E para aqueles que não gostavam de elevador, ou da sensação de estarem embalsamados nos arranha-céus, surgiram, nos anos oitenta, os “condomínios”, glebas imensas resgatadas da zona rural do município e transformadas, da noite para o dia, em cidades feudais, feitas de ruas, casas, jardins e até cachorro... Como o muro cercava todo mundo, protegendo-o do “outro” mundo, as casas puderam voltar a ser como eram antes, sem cerca, nem muro, só com cerquinha ou parede bem baixinha, que delícia! No condomínio horizontal, o mesmo esquema: para entrar, dávamos nome, RG, nome e rua da pessoa a quem íamos visitar, motivo da visita etc... Depois, aguardar no carro pela liberação e pendurar no retrovisor uma vistosa plaquinha de identificação, Fui-me acostumando... Afinal, era em nome da segurança. Mas, quando algum amigo nosso vinha do estrangeiro e via aquilo, tudo lhe parecia absurdo! Afinal, ainda havia a minha cidade, feia e perigosa, mas cheia de ruas livres, pelas quais eu podia caminhar, atravessar de bicicleta ou passar, de carro, sem qualquer dificuldade. E eu me arriscava. Roubaram minha bicicleta, meu carro. Mas tinha liberdade de andar pelas ruas, sentir o vento no rosto nas manhãs de Outono. E nas pessoas, o medo crescia cada vez mais. Não podendo, ou não querendo, viver nas cidadelas chamadas condomínios, trataram de reivindicar o “seu pedaço”, a “sua rua”, a “sua praça”. Percebi então que, no meu trajeto de bicicleta para a Unicamp, começaram a bloquear o meu percurso com calçadas elevadas, muretas, floreiras, cânos de esgoto, correntes, alambrados, postinhos de ferro, todos os obstáculos para impedir a invasão da sua rua. Não eram só as cercas que detinham os invasores. Era também o olhar dos moradores. Afinal, invocando o medo, eles eram os donos da rua e sentiam-se no direito de barrar os intrusos. Meu caminho de bicicleta pelo Jardim Sta. Genebra, pela Rua Ibrahim Mokarzel, pe-

Não podendo, ou não querendo, viver nas cidadelas chamadas condomínios, trataram de reivindicar o “seu pedaço”, a “sua rua”, a “sua praça”

las travessas do Parque das Universidades, na PUC-Campinas, tornou-se proibido e a travessia para os que se dirigiam ao trabalho ou ao estudo ficou circunscrita a uma linha reta, congestionada e in-

transitável em determinados horários. E a artimanha se generalizou, alastrando-se pela cidade, fechando bairros e ruas inteiros. Somente os infelizes moradores das ruas de tráfego local ou alimentadas, onde trafegam os ônibus de linha, não podem se dar ao luxo de fechar sua rua... Terão, necessariamente, de conviver com o medo. No entanto, o assunto se torna polêmico e se questiona a validade ou não das pessoas fecharem ruas públicas. Em verdade, uma discussão estéril. Tudo está muito claro, dentro do plano jurídico: PROPRIEDADE PRIVADA é propriedade privada e PROPRIEDADE PÚBLICA é propriedade pública, do

povo, de todos os cidadãos, bandidos ou não bandidos. É fácil aceitar que pessoas com medo construam prédios de apartamentos em antigos lotes de casas particulares (mesmo quan-

do projetam nas ruas sua sombra, ou sugam todo o minguaço fornecimento de água). É razoável aceitar também que outras pessoas com medo transformem numa cidade murada pedaços da zona rural de uma fazenda particular. O que é inadmissível é que um pedaço da “nossa” cidade seja retirado de nós, à nossa revelia, impedindo nosso direito de ir e vir naquilo que é nosso. E nenhum vereador, nenhum deputado, nenhum senador estão autorizados a decidir por mim sobre a alienação de espaços públicos sem a minha autorização. E, para os que alegarem que se defendem, porque têm medo, confesso, com angústia: Eu também tenho medo!”